

Entre silêncios e denúncias, mulheres ainda são marcadas pela violência

Fórum do Ministério Público do DF (MPDFT) reúne histórias e dados diante do crescimento dos feminicídios

BEATRIZ CICCI/CORREIO DA MANHÃ

Por Isabel Dourado e Beatriz Cici

Vicência Alves de Lima, 43 anos, foi vítima de feminicídio, em junho de 1965, no interior do Ceará. Ela foi assassinada com 14 punhaladas pelo companheiro, que fugiu após o crime. A história de Vicência foi retratada na exposição “Silêncio e Memórias”, da artista plástica Valéria Teixeira Lima, sua neta. A mostra, que escancara um problema que vem crescendo de forma desenfreada no Brasil e no mundo, foi apresentada como parte do 3º Fórum “Todas Elas”, promovido nesta segunda-feira (17) pelo Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT).

Na época do crime, ainda não havia a tipificação do feminicídio no Brasil nem uma legislação de proteção às mulheres. Décadas depois, em busca de resgatar a história da avó paterna, Valéria destaca que “o silêncio é transformado em arte por meio de seis obras que falam sobre dor, silêncio, ausência de justiça e invisibilidade feminina.”

Em entrevista ao Correio da Manhã, Valéria Teixeira ressalta que, através da exposição, “busca dar voz a essas mulheres silenciadas e homenagear suas histórias”.

Na visão dela, na maioria das vezes, casos de violência de gênero e feminicídios são silenciados. Para a artista, resgatar a memória das vítimas também é uma forma de honrar suas histórias e de alguma maneira promover justiça.

Foi a partir dessa reflexão que surgiu o nome da exposição “Silêncios e Memórias”. “A questão da violência contra a mulher está intimamente ligada com o não falar, com o silêncio. Porque o silêncio vem de várias formas e uma das maneiras é quando [a violência] é falada e não é acolhida, é julgada por homens, é julgada por mulheres.”

CRESCIMENTO DESENFREADO

Após décadas do assassinato de Vicência Alves, o cenário da violência de gênero no Brasil segue aumentando. Em 2025, o país registrou 1.571 casos de feminicídios, consolidando o quarto recorde consecutivo de alta. O número represen-



Vicência: vítima da violência não pode ser também vítima do silêncio

Debate discutiu diagnóstico e ações contra o feminicídio



ta um aumento de 4% em relação a 2024, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

No Distrito Federal, o cenário também é de crescimento. Entre 2024 e 2025, os casos de feminicídio aumentaram 31,1%, passando de 22 para 29 mortes. As tentativas de feminicídio tiveram um salto maior de 41,4% no ano passado. Em 2024, foram registradas 95 ocorrências; em 2025, 135.

DESAFIOS NO ATENDIMENTO

Enquanto os números revelam o avanço da violência contra as mulheres, os dados apresentados durante o 3º Fórum Todas Elas mostram um outro lado desse problema social: as dificuldades enfrentadas pela rede responsável por prevenir a violência, acolher as vítimas e garantir o acesso à proteção.

Durante o evento do MPDFT, foi apresentada a Avaliação de Equipamentos e Serviços de Atendimento à Mulher

em Situação de Violência (Formulário AMES). O levantamento mostrou que mulheres vítimas de violência ainda enfrentam barreiras no acesso ao atendimento e à justiça.

A pesquisa analisa serviços que fazem parte da rede de atendimento às mulheres no Distrito Federal, com o objetivo de avaliar os resultados, apontar os desafios e identificar as possibilidades de aprimoramento da atuação das instituições responsáveis pelo acolhimento, proteção e garantia de direitos das mulheres vítimas de violência.

De acordo com representantes do MPDFT, os dados do relatório foram coletados entre fevereiro e setembro de 2025, em quatro redes de atendimento do Distrito Federal: Plano Piloto, Ceilândia, Planaltina, Gama e Santa Maria. Na percepção de todas as redes respondentes, as ações de prevenção à violência são realizadas de forma irregular e desintegrada.

Atualmente, essas redes contam com projetos de prevenção à violência, como o

programa Provid (Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar), da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e da Secretaria de Segurança Pública (SSP), e o Maria da Penha vai à Escola, da Secretaria de Educação do DF (SEEDF) e do Tribunal de Justiça (TJDFT). No entanto, profissionais e gestores da Rede do Gama/Santa Maria alegaram não ter conhecimento dessas iniciativas devido à falta de sistematização.

O levantamento do MPDFT também evidencia que, mesmo após a apresentação de uma denúncia, as redes de proteção do Distrito Federal não dispõem de recursos suficientes para responder de forma efetiva aos casos de violência contra a mulher.

Entre as principais barreiras estão a sobrecarga de trabalho dos servidores, falta de orçamento específico, recursos humanos insuficientes, carência de espaços físicos adequados e a necessidade de capacitação dos agentes da Rede de acolhimento.

CANAIS DE DENÚNCIA

Diante do aumento dos casos e das limitações nas redes de atendimento, o debate do Fórum também abordou os caminhos necessários para aprimorar a prevenção, a proteção às vítimas e a resposta do poder público. Para a delegada-chefe da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam), Adriana Romana Dollys, é necessário que haja uma constante capacitação voltada à qualificação da atuação de profissionais da segurança pública no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Ela cita o programa Resignificar, iniciativa do Governo do Distrito Federal para capacitar obrigatoriamente todos os servidores da segurança pública e administração penitenciária com foco na prevenção e no combate à violência contra a mulher. “A delegacia é a principal porta de entrada do atendimento às mulheres. Então, a delegacia precisa ser a protagonista no atendimento e no acolhimento à vítima”, destaca.

Outro ponto levantado durante o Fórum é a necessidade de ampliar as informações em relação aos canais de denúncia de violência. A promotora de Justiça do Núcleo de Atenção às vítimas do MPDFT, Thais Tarquino, aponta que muitas mulheres ainda desconhecem os meios para formalizar denúncias. “Precisamos divulgar mais os canais de denúncia. As mulheres também podem registrar ocorrências diretamente no Ministério Público do Distrito Federal. Temos que naturalizar falar desses canais.”